

A ESCRITA GREGA NO IMPÉRIO ROMANO



UNIVERSIDADE
FEDERAL DO RIO
GRANDE DO SUL

Reitor

Carlos André Bulhões

Vice-Reitora e Pró-Reitora
de Coordenação Acadêmica

Patrícia Helena Lucas Pranke

EDITORIA DA UFRGS

Diretora

Luciane Gonçalves Delani

Conselho Editorial

Carlos Eduardo Espíndola Baraldi

Clarice Lehnen Wolff

Janette Palma Fett

João Carlos Batista Santana

Luís Frederico Pinheiro Dick

Maria Flávia Marques Ribeiro

Naira Maria Balzaretti

Otávio Bianchi

Sérgio Luiz Vieira

Virgínia Pradelina da Silveira Fonseca

Luciane Gonçalves Delani, presidente

A ESCRITA GREGA NO IMPÉRIO ROMANO

RECEPÇÃO E TRANSMISSÃO

JOSÉ C. BARACAT JR.
MARIA APARECIDA DE OLIVEIRA SILVA
ORGANIZADORES



© dos autores

1^a edição: 2020

Direitos reservados desta edição:

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Revisão: José C. Baracat Jr. e Maria Aparecida de Oliveira Silva

Revisão editorial: Jeferson Mello Rocha

Foto da capa: detalhe da *Ara Pacis Augustae*. Roma. Maria Aparecida de Oliveira Silva

Projeto Gráfico e editoração eletrônica: Clarissa Felkl Prevedello

A grafia desta obra foi atualizada conforme o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, de 1990, que entrou em vigor no Brasil em 1º de janeiro de 2009.



E19 A Escrita grega no Império Romano: recepção e transmissão [recurso eletrônico] / organizadores
José C. Baracat Jr. [e] Maria Aparecida de Oliveira Silva. – Porto Alegre: Editora da UFRGS,
2020.
254 p. : pdf

1. Línguas. 2. Língua grega. 3. Escrita. 4.. Escrita Grega – Império Romano. I. Baracat Jr.,
José C. II. Silva, Maria Aparecida de Oliveira.

CDU 811.14

CIP-Brasil. Dados Internacionais de Catalogação na Publicação.
(Jaqueline Trombin– Bibliotecária responsável CRB10/979)

ISBN 978-65-5725-027-3

Bábrio e a fábula pedagógica

Maria Celeste Consolin Dezotti

Bábrio é um romano que escreveu fábulas em grego. É o reverso de Fedro, que tem nome grego e compôs fábulas em latim. São provas da nacionalidade romana de Bábrio a forma latina de seu nome¹ e os visíveis latinismos em sua obra, como as adaptações de expressões latinas para o grego e, sobretudo, o ajuste do verso coliambo à métrica latina, a qual, diferentemente da grega, exigia que, nesse verso, o último pé contivesse uma palavra acentuada na penúltima sílaba.² Segundo Perry (1975), essa convenção métrica não é anterior a Augusto. Por outro lado, os *Hermeneumata* de Pseudo-Dositeu, obra de 207,³ preservam a cópia de duas fábulas de Bábrio. Tem-se, então, dois fatos que levam a enquadrar cronologicamente o poeta no século I, no mesmo século de Fedro, portanto.⁴

Até meados do século XIX, Bábrio era conhecido por menções a seu nome encontradas em autores antigos – como, por exemplo, em Aviano (século IV), que parafraseia suas fábulas e o cita em seu prefácio, ao lado de Fedro –, e por um manuscrito possivelmente também do século IV, segundo Chambry (1925, p. 1), conhecido

1 Bábrio (em latim, Babrius) é nome genuinamente romano, segundo Perry (1965). Vaio (1980) demonstra a inviabilidade do nome Valerius Babrius, deduzido a partir de letras malformadas em certos manuscritos.

2 Ver a exposição detalhada em Perry (1975) e Facal e La Peña (1985).

3 Ressalvas à parte, todas as datas citadas neste artigo são da Era Comum.

4 Segundo Perry (1975), Fedro seria do início do século I, e Bábrio, do final desse mesmo século. Nojgaard (1967) acha estranho que Bábrio ignore Fedro.

como *Paráphrase Bodleiana*, que reúne mais de uma centena de fábulas em prosa, das quais grande parte parafraseia fábulas de Bábrio. E que sua obra era muito famosa provam seus inúmeros imitadores, sendo o mais famoso deles Inácio Diácono, do século IX, autor de fábulas condensadas em apenas uma quadra de versos iâmbicos, formato inventado por Bábrio e chamado *tetrastikhón*. Atualmente, graças a novas descobertas, conhecem-se 143 fábulas babrianas em versos, das quais 122 foram preservadas no *Codex Athous*, manuscrito do século X, que as apresenta em ordem alfabética conforme a letra inicial da primeira palavra da fábula. Outro dado importante é que elas estão agrupadas em dois livros, e cada um se abre com um prólogo, cujas referências e comentários curiosos têm provocado inúmeras suposições a respeito da pessoa e da arte de Bábrio. Vale a pena conhecê-los:⁵

Prólogo I

De homens justos era a primeira raça,
ó Branco meu filho, à qual chamam áurea,
depois dela, dizem, houve outra, argêntea;
e a terceira, seguinte, somos nós, férrea.

No tempo da áurea também os demais viventes
voz articulada possuíam e conheciam falas
tais quais nós nos dizemos uns aos outros,
e suas praças eram nos centros dos bosques.
Palestravam pinheiro e folhas de loureiro,
peixe nadador conversava com nauta amigo
e pardais se entendiam bem com o lavrador.
Tudo brotava da terra, que nada pedia em troca,

5 Nossas traduções dos prólogos e das fábulas de Bábrio seguem o texto grego estabelecido por Perry (1965).

entre mortais e deuses havia camaradagem.
Podes conferir e saber que assim eram as coisas
recorrendo a Esopo, o velho sábio que nos
comunicou fábulas em musa livre;
dessas cada uma floreei com minha bagagem
e agora vou-te expor um favo melífluo de lótus:
de acerados iambos afeminei ásperas parcelas.

Prólogo II

Fábulas, aliás, ó filho do rei Alexandre,
são invenção de antigos homens sírios,
que viveram outrora no tempo de Nino e Belo.
O primeiro, dizem, que as contou a filhos de gregos
foi o sábio Esopo; também aos líbios contou
fábulas Cibisses. Mas eu em renovada musa
apresento o mitiambo: com cabresto de ouro
equipei-o, como a um cavalo hoplita.
Tendo sido eu o primeiro a abrir passagem,
outros adentraram, e de musas mais doutas
produzem poemas semelhantes a enigmas,
versados em nada além do que eu conheço.
Eu, ao contrário, fabulo em linguagem clara,
e dos iambos os dentes não agudizo;
antes, os aguilhões eu temperei bem e amansei,
e, pela segunda vez, é para ti o canto deste livro.

Os prólogos em si constituem uma característica especial do gênero, a qual é familiar à estética helenística; neles o poeta faz a crítica de sua própria poesia, expondo seu programa poético e comentando aspectos da produção e da recepção de seus textos. Bábrio reivindica

para si o pioneirismo na composição de fábulas esópicas em versos, que foram imitadas por seguidores (II, v. 9-1); enquanto Esopo divulgava suas fábulas “em musa livre” (I, v. 16), isto é, em prosa, Bábrio diz ter renovado o gênero (II, v. 6), que ele nomeia *mitiambo* (II, v. 7), pois fabula (*mythiázomai*, v. 13) em versos iâmbicos. “Fabular” é neologismo forjado por Bábrio, bem como “mitiambo”, com que ele rotula, segundo Hawkins (2014), uma combinatória já praticada por Calímaco, de quem se conhecem dois fragmentos de fábulas em iambo coxos (*skázontes*) ou coliambo, o mesmo verso usado por Bábrio.⁶

Todos os cinco livros de fábulas de Fedro também são precedidos de prólogos, e, para este estudo, vale reter a sua preocupação em determinar, para cada um, um destinatário: ele é pressuposto como um leitor qualquer, indeterminado (*quis*, v. 5) no primeiro prólogo; no segundo, é nomeado em seu papel de leitor (*lector*, v. 11); no terceiro o poeta se dirige a Eutico (*Eutychus*, v. 2), leitor adulto, que tem compromissos e esposa (*negotiis*, v. 2; *uxori*, v. 12); o quarto prólogo informa que o destinatário é o escritor Particulão (v. 10), já interessado em fábulas e que teria citado versos do poeta em seus próprios textos (v. 18); por fim, o quinto prólogo retoma a figura do leitor indeterminado, conforme indica a desinência de segunda pessoa da forma imperativa *scito* (“fica sabendo”, v. 3). Tais prólogos mostram que Fedro mantém o entendimento tradicional de que a fábula é um gênero discursivo para adultos. E se ele teve acesso à matéria esópica por meio de fábulas que circulavam oralmente ou por meio da coleção organizada por Demétrio de Falero (a primeira de que se tem notícia), vale ressaltar que mesmo essa coleção, segundo Perry (1962), era destinada a leitores adultos.

6 Coliambo, o iambo coxo, é assim chamado porque substituía por uma sílaba longa a última breve do último pé, quebrando, assim, o compasso (_ – _ – | _ – _ | _ – _). Sobre a fábula calímaqueana em Bábrio e a relação da fábula com o iambo, ver Hawkins (2014).

Os dois prólogos de Bábrio também apresentam destinatários: no primeiro, o poeta se dirige a “Branco” (ὦ Βράγχε, v. 2), e no segundo, ao “filho do rei Alexandre” (ὦ παῖ βασιλέως Ἀλεξάνδρου, v. 1).

A primeira questão que eles suscitam diz respeito à identidade desse “rei Alexandre”. Uma vez aceito que Bábrio viveu no século I, a única referência conhecida a um rei Alexandre dessa época é a de Flávio Josefo, que, em *Antiguidades judaicas* (18.140)⁷ fala de um Alexandre, judeu, tornado rei da Cilícia pelo imperador Vespasiano, e cujos descendentes teriam trocado o judaísmo pelas tradições gregas. Tal menção é oportuna, porque se encaixa bem com outras informações desses prólogos. A partir daí, deduz-se que Bábrio, poeta de sólida formação intelectual,⁸ tenha vivido na corte desse rei como tutor, profissional valioso para a uma família não grega empenhada em helenizar-se. A estadia do poeta na Cilícia, região da Síria, também favorece o entendimento da surpreendente afirmativa do Prólogo II (v. 2-3) sobre a invenção da fábula pelos antigos sírios, fato confirmado pelas pesquisas a respeito do berço oriental do gênero.⁹

Dessa primeira, deriva-se outra: Branco e o filho do rei Alexandre seriam a mesma pessoa? Muitos estudiosos, como Rutherford (1883) e Perry (1975), não veem evidências para essa identificação, pois consideram que o segundo livro de fábulas teria sido composto muitos anos depois do primeiro, haja vista a menção que o poeta faz no Prólogo II (v. 10-12) a imitadores de seus versos. Na tentativa

⁷ Observação formulada por Lachmann em sua edição de Bábrio de 1845, segundo Perry (1975), desde então sempre citada nos estudos sobre a identidade do fabulista.

⁸ No Prólogo I (v. 17), o poeta menciona a sua “bagagem” (ἔμῆ μνήμη), usada para “florear” (ἀνθίσας) as fábulas. De fato, estudos que examinam os intertextos de Bábrio apontam seus conhecimentos não só de literatura grega, mas também de textos hebraicos, como a *Septuaginta*, e de fábulas babilônicas (Perry, 1975). O contato com a literatura oriental leva Perry (1975) a supor que Bábrio era muito provavelmente um italiano helenizado que morava na Síria ou em alguma região próxima da Ásia Menor. Luzzatto (1985) cita vários intertextos da *Septuaginta* em Bábrio.

⁹ Ver a esse respeito Perry (1988).

de conciliar as informações, Facal e La Peña (1985, p. 290) aventam a hipótese de que os prólogos fariam referência a dois filhos do rei Alexandre, – um deles chamado Branco –, e Bábrio teria sido, em momentos subsequentes, tutor de ambos. Contudo, a tendência atual é considerar que “Branco” é o “filho do rei Alexandre”, em conformidade com Laura Gibbs (2002) e Hawkins (2014).

De fato, o ponto crucial que orienta os diferentes posicionamentos é a expressão *ek deutérou* no início do último verso do segundo prólogo: “ἐκ δευτέρου σοι τήνδε βίβλον ἀείδω” (v. 16). Em geral os tradutores a interpretam vinculando-a a *ténde bíblon* “este livro”, e nas traduções ela forma o sintagma “este segundo livro”.¹⁰ Esse entendimento encontra amparo em Rutherford (1883, p. 104), para quem o referido verso “pode ser tomado no sentido de que o presente proêmio é o destinado a uma nova edição, e não a um novo livro, mas esta última alternativa está provavelmente correta”. Contudo, as ocorrências dessa expressão, bastante corriqueira em textos do século I em diante, mostram que ela tem um valor temporal que incide sobre o verbo da frase,¹¹ tal qual exemplifica o final da fábula 95 (v. 101-102) do mesmo Bábrio:

ποίην δ’έμελλε καρδίην ἔχειν, ἦτις
ἐκ δευτέρου λεόντος ἥλθεν εἰς οἴκους;

que espécie de coração iria ter, quem
veio *pela segunda vez* à casa de um leão?

10 Ver Lévéque (1890, p. 167): “dans ce deuxième livre que je compose pour toi”; Perry (1975, p. 141): “Such is this second book, which I compose for you”; Facal e La Peña (1985, p. 362): “para ofrecerte a ti este segundo libro”.

11 A expressão é comum no Novo Testamento (Marcos 14.72; Mateus 26.42; João 9.24; Atos 10.15; 11.9; Paulo Ep. aos Heb. 9.28) e mesmo em fábulas esópicas em prosa; Ver 86 e 296 da edição de Chambray (1925).

Entendendo com esse valor também a ocorrência do Prólogo II, o verso deve ser entendido assim: “pela segunda vez” o poeta apresenta para “o filho do rei Alexandre” as suas fábulas. Desse modo, infere-se que já teria havido uma primeira vez, qual seja, a vez em que o poeta lhe apresentou o conjunto de fábulas precedido do Prólogo I. Conforme esse entendimento, não há dúvida de que “Branco” e o “filho do rei Alexandre” são a mesma pessoa. Ou seja, Bábrio destinou suas fábulas a um príncipe.

A destinação de fábulas à realeza não é novidade na literatura grega: é prática inaugurada por Hesíodo, que, em *Os trabalhos e os dias* (vv. 207-211), introduz o uso da fábula na literatura grega e, portanto, na literatura ocidental, destinando a reis (*basileús[i]*, v. 202) a fábula do rouxinol e do falcão. E Hesíodo é, segundo Hunter (2014), um dos principais intertextos de Bábrio, a começar pela citação do mito das raças no início do Prólogo I (vv. 1-4). Isso posto, é o momento de investigar elementos textuais que forneçam mais características desse príncipe.

Vale destacar nos prólogos os substantivos *téknon* e *país*, que Bábrio usa para referir-se ao príncipe bem como aos destinatários da fábula esópica, tomada aqui no mais amplo sentido de “fábula que narra matéria esópica”, que abriga também a fábula babriana, uma vez que o poeta cita nominalmente Esopo em seus prólogos (I, v. 15 e II, v. 5).

Téknon é forma vocativa adjunta a Branco no Prólogo I (ὦ Βράγχε τέκνοι, v. 2). Cognato do verbo *tíkto*, “parir”, *téknon* é substantivo neutro que significa literalmente “cria”, “filhote”, usado para referir-se à “criança” na condição de filho. Contudo, na linguagem afetiva podia ser usado, sobretudo no vocativo singular, por uma pessoa mais velha dirigindo-se a alguém mais novo, independentemente de vínculos genéticos. Esse emprego é corriqueiro em Homero: por exemplo, na *Odisseia* (III, 184), Nestor chama Telêmaco de *phíle téknon* “caro jovem”, na tradução de Donald Schüler, e “querido

filho”, na de Frederico Lourenço. É com esse valor afetivo que Bábrio emprega o termo ao se referir a Branco.

País ocorre duas vezes no Prólogo II: o vocativo *pai*, “filho” (*παῖ*, v. 1), no sintagma “ó filho do rei Alexandre”; e o dativo plural *paisín*, “filhos” (*παισίν*, v. 4), no sintagma “para os filhos dos helenos”. O sentido primeiro de *país* também é, como *téknon*, “criança”, mas o recorte semântico, nesse caso, é a faixa etária. A palavra pode referir-se à criança em geral e também à criança na condição de filho ou filha. Como o recorte é a idade, denomina a criança enquanto indivíduo sob tutela, o que explica seu uso para referir-se também a escravos e de qualquer idade. Em Bábrio, o vocativo *pai* (v. 1) condensa os dois sentidos: refere-se a uma “criança”, portanto não adulto, que ao mesmo tempo é o “filho” do rei. Já o dativo *paisín* (v. 4), visto que ocorre no sintagma *paisin hellénōn* “a filhos dos gregos”, pode ser entendido de duas maneiras: ou se toma a expressão como perífrase, entendendo-se “filhos dos gregos” como “gregos”, tal qual é usada por Ésquilo em *Persas* (*ὦ παῖδες Ἑλλήνων*, v. 402); ou se entende *paisín* como “crianças” no sentido geral, e, nesse caso, “às crianças dos gregos” valeria o mesmo que “crianças gregas”. As duas interpretações são adotadas por tradutores de Bábrio: Abele Vilemain (1844), que verteu Bábrio para o latim, traduz a referida expressão por *Graecorum filii*, “para os filhos dos gregos”, optando pela informação etária, uma vez que a palavra latina *filius* não ocorre em perífrases como a grega *país*; Eugéne Lévéque (1890), por sua vez, prefere traduzi-la por “aux Grecques”, entendendo-a como perífrase e anulando o recorte etário.

Contudo, parece evidente, nesse Prólogo II, uma ambiência, um contexto que favorece a interpretação de *país* como “criança” de certa faixa etária nas duas ocorrências. Atente-se para a contaminação de sentidos que se instaura entre “filho do rei Alexandre” e “filhos dos helenos”. Se o fabulista estabelece com o filho do rei Alexandre uma relação de educador/educando, reforçada pela carga semântica do termo *téknon* usado no Prólogo I, é forçoso que vejamos reiterada

essa relação na passagem em que ele afirma ter sido Esopo o primeiro a contar fábulas para “os filhos dos helenos”. Essa interpretação permite que se entenda “filhos dos helenos” como “crianças dos helenos”.

Rutherford (1883) é categórico: os coliambos de Bábrio eram destinados a uma criança (“*a child*”). E interpreta os versos 10-13 do Prólogo II como esclarecimento de Bábrio sobre a adequação do nível da linguagem de suas fábulas à compreensão de uma criança, ao contrário de seus imitadores, que produziam textos muito elaborados, verdadeiros enigmas para leitores ainda imaturos e despreparados. Sem dúvida essa adequação explica por que suas fábulas se tornaram material didático nas escolas. Um documento importante desse uso são as *Tabulae ceratae Assendelftianae*, datadas do século III, um conjunto de sete tabuinhas de madeira (recobertas de cera e usadas como caderno) encontradas em Palmira, na Síria, nas quais estão copiadas nove fábulas de Bábrio; segundo Hesselink (1892, p. 299), elas registram exercícios escolares de um menino que certamente falava o aramaico e aprendia o grego como segunda língua. Outro documento interessante, também de natureza escolar, é o *Papiro Amherst 26*; datado do período de transição do século III para o IV, ele contém, segundo Adams (2003), excertos de fábulas de Bábrio traduzidas para o latim, realizadas por um aluno grego aprendiz de latim como segunda língua. A par dessas anotações discentes, há também fábulas documentadas em material pedagógico de docente: Pseudo-Dositeu, mencionado no início deste estudo, era professor, e seus *Hermeneumata*, que incluem fábulas de Bábrio, consistem em uma antologia de textos curtos gregos e latinos organizada para o ensino.

O uso de fábulas na formação escolar infantil já era recomendação de Quintiliano, no século I. Em sua *Instituição oratória*, obra do final do primeiro século, ele enfatiza a importância de começar-se a educação de crianças romanas com a prática de falar e escrever em grego (I.1.12) e, mais à frente, recomenda o trabalho com fábulas no

primeiro estágio da educação escolar: “Logo após as histórias contadas pelas jovens nutrizes, as crianças devem aprender a contar fábulas de Esopo” (I.9.2). Com base em tais recomendações, Perry (1975) considera provável que Quintiliano tivesse em mente fábulas esópicas escritas em versos gregos, muito possivelmente as de Bábrio.

Bábrio parece atender à recomendação do retor latino, com o qual parece estar em sintonia, sobretudo quando vemos Quintiliano (II.2.4) aconselhar que o mestre, “portanto, antes de tudo, adote o ânimo de pai para com seus alunos” (*sumat igitur ante omnia parentis erga discipulos suos animum*). Pois no Prólogo I, quando Bábrio chama o menino Branco de *téknon*, o que ele faz é exatamente deixar assinalada essa relação afetiva paternal. Não se quer dizer com isso que o fabulista tenha conhecido Quintiliano ou sua obra, mas, sim, que ele estava atento às reflexões pedagógicas que avultavam em sua época. Nesse contexto, que Bábrio tenha sido realmente preceptor de algum príncipe é irrelevante. O que importa notar é que seus prólogos instituem um discurso que articula a relação entre um educador e um educando, abonada por uma diferença de idade e de experiência entre eles. Não devemos afastar a possibilidade de todos esses elementos, para os quais se tentam encontrar correspondentes históricos adequados, constituírem um quadro ficcional criado pelo poeta para contextualizar, pedagogicamente, suas fábulas. Hawkins (2014) raciocina nessa linha observando que Branco e Alexandre podem não ser figuras históricas, mas ao mesmo tempo não resiste à tentação de identificá-las ao menos com figuras míticas: Branco poderia ser o nome de um vidente de Mileto e filho mítico de Apolo, mencionado por Calímaco no iambo 2, que, a propósito, tem características de fábula, narrando uma disputa entre o loureiro e a oliveira; e o segundo livro poderia ter sido destinado a “um fictício filho de Alexandre o Grande”. A nosso ver, é possível ampliar mais o grau de ficcionalidade desses destinatários: ao atribuir o nome “Branco” para o seu jovem destinatário do Prólogo I, Bábrio pode ter feito uma

homenagem a Calímaco, mas sem considerar o adivinho milesiano, que era adulto. Por sua vez, o “Alexandre” do Prólogo II também pode representar um nome arquetípico de rei, já que “Alexandre”, como bem observa Passerat (1850), tornou-se cognome adotado por reis da dinastia dos Ptolomeus.¹²

Seja como for, importa notar que Bábrio cria expedientes que constroem um contexto pedagógico para a fábula e que essa característica responde em grande parte pela ampla aceitação que sua obra alcançou.

Por outro lado, esse mesmo sucesso responde pela impossibilidade, até o momento, de recuperação do formato original de seus livros, que, a deduzir-se das paráfrases conhecidas, abrigariam aproximadamente duzentas fábulas. Acontece que os manuscritos sofreram constante intervenção, tanto da parte de editores quanto da parte de professores e alunos. Um evidente indício de intervenção é o atual arranjo das fábulas em ordem alfabética de modo tal que a ordenação iniciada no Livro I tem continuidade no Livro II. Essa é a disposição das 122 fábulas do manuscrito do monte Atos: na primeira parte estão fábulas de alfa a lambda; na segunda, as de mi até ômicron, tendo-se perdido as demais fábulas que completariam o alfabeto. Nas edições atuais de Bábrio, outras fábulas, oriundas de outras fontes, são acrescidas nesse Livro II, fora da ordem alfabética. Assim, não há como saber quais fábulas integrariam originalmente cada livro.

O agrupamento das fábulas no Codex Athous em dois livros não parece ter sido feito aleatoriamente. É o que mostra a composição da primeira parte, que ao compilar as fábulas de alfa a lambda mantém juntas no mesmo bloco todas as fábulas de leão. E, decerto, não seria por acaso que a primeira fábula do livro, embora comece com a

12 Champlin (2005) defende que a identidade de Fedro como ex-escravo também é ficcional. Na verdade, afirma ele, o fabulista latino “Era um membro da elite romana mascarado de homem do povo” (Champlin, 2005, p. 117).

palavra *ánthrōpos*, narra uma história de leão. O que se vê concretizado nesse arranjo é um plano de amarração das duas pontas: na prática, o Livro I começa e termina com fábulas de leão.

Dentre as 107 fábulas do Livro I, o leão atua como personagem em 14, citadas a seguir por seus números acompanhados de títulos forjados para facilitar a identificação de cada uma: 1 – “O leão e o arqueiro”; 44 – “O leão e os três touros”; 67 – “O leão e o onagro”; 82 – “O leão que dormia e o rato”; 90 – “O leão furioso”; 95 – “O leão, a raposa e a corça”; 97 – “O leão e o touro”; 98 – “O leão apaixonado”; 99 – “O leão e a águia”; 102 – “O bom rei leão”; 103 – “O leão e a raposa”; 105 – “O leão e o lobo”; 106 – “O leão aristocrata”; e 107 – “O leão e o rato”.¹³ Nelas o leão vive as mais diversas situações, mostrando suas várias facetas. A maioria delas traz apenas a narrativa, não acompanhada de texto moral. Nesses casos, deixa-se ao leitor a tarefa de interpretar a fábula e depreender a mensagem que se pretende comunicar. Em muitos casos as próprias narrativas finalizam com um endomítio, um ensinamento formulado pelo próprio narrador ou por uma personagem. Por exemplo, na fábula 99, a águia propõe sociedade ao leão, que acha boa a ideia, mas pede que ela deixe, como garantia, as suas duas asas; e ele se justifica: “Como confiar em tua amizade se não ficas comigo?” (v. 5).

Quem está sempre por perto do leão é a raposa ardilosa. Ela lhe é “caríssima” (*philtátē*, 103, v. 13), sua “conselheira para tudo” (95, v. 30), cuja astúcia está sempre às ordens dele, quantas vezes forem necessárias.

Mas o leão, conhecendo muito bem o caráter da amiga raposa, sabe que deve confiar nela, mas sempre desconfiando. É o que mostra a fábula 1:

13 No Livro I o leão é apenas mencionado nas fábulas 91, “O touro e o bode”; 92, “O caçador e as pegadas do leão”; e 101, “O lobo chamado ‘leão’”. Também o é no Livro II, nas fábulas 136, “O filho único e o leão desenhado”, e 139, “O burro em pele de leão”.

Um homem foi à montanha para caçar;
era destro no disparo de flecha. Em debandada
os bichos todos corriam em fuga amedrontados.
Apenas um leão teve a ousadia de provocá-lo
para um combate. “Espera, não te afobes”, disse-lhe 5
o homem, “nem sejas esperançoso de vitória.
Primeiro depara meu mensageiro e então vais saber
o que hás de fazer.” Em seguida dispara a flecha,
a pouca distância apartado. Nisso o dardo se alojou
na barriga flácida do leão. E o leão sentiu medo, 10
já ia fugir para a solidão dos vales frondosos,
quando uma raposa, postada não longe dali,
põe-se a exortá-lo a criar coragem e ficar firme.
“Você não vai me desviar”, diz ele, “nem vem com treta!
pois se um mensageiro amargo assim ele despacha, 15
já dá para ver como ele é temível pessoalmente!”

O leão, por sua vez, também é ardiloso. Na fábula 97, forja uma cilada para jantar um touro, fingindo que ia “oferecer sacrifício para a mãe dos deuses” (v. 2). Na fábula 44, usa artimanhas para desfazer a união entre três touros e, assim, poder devorá-los um a um. O texto moral segue a narrativa, em forma de epímítio, e avalia o comportamento dos touros como exemplo negativo: “Se teu maior desejo é viver livre de ameaças,/ desconfia dos inimigos, mas os amigos preserva sempre.” (44, vv. 7-8).

O embate entre a astúcia do leão e a da raposa se dá na fábula 103: velho e com muita dificuldade para caçar, o leão se acomoda no fundo da toca e, fingindo-se doente, fica largado no chão e passa a falar com voz fraca. Desse modo ele ia devorando todos os animais que entravam na toca para visitá-lo. Mas

a raposa sabida suspeitou e afastada
mantendo-se perguntou: “Rei, como estás?”
Ele disse: “Salve! animal queridíssimo!
por que não te achegas? por que me olhas de longe?
Vem aqui, doçura, e com tuas variadas histórias 15
me dê conforto, pois estou perto do fim.”
“Desejo-te saúde”, ela diz, “eu me vou, perdoe-me”;
Meu embaraço são essas inúmeras pegadas de feras
e não podes me mostrar nenhuma delas saindo.”
Venturoso aquele que não se adianta em tomar a frente; 20
em vez, ele mesmo aprende com os insucessos alheios.

(103, v. 11-21)

Nojgaard (1967) observa que nas fábulas de leão o poeta usa recursos para reforçar a humanização dos bichos. Anteriormente mencionamos um leão com preocupações religiosas (na fábula 97). A fábula 106 traz um leão que decide levar vida requintada de aristocrata, selecionando as amizades e oferecendo aos hóspedes banquetes diários nos quais as carnes servidas eram caçadas pelo próprio leão! Por certo a caçada acontecia conforme o exposto na fábula 67: leão e onagro se associam e vão à caça, mas, na hora da divisão dos despojos,

o leão faz a partilha e dispõe três partes;
“essa primeira”, diz, “eu próprio vou pegar, 5
pois sou rei; e vou pegar também aquela
como sócio com direitos iguais; e essa terceira
vai ser a tua desgraça se não quiseres fugir.”
Mede a ti mesmo. Para empresa alguma, com homem
mais poderoso que tu, não te juntes nem te associes. 10

(67, vv. 4-10)

Nas fábulas de Bábrio, o leão não é apenas o animal mais forte; ele é literalmente “rei”: ele próprio reivindica a realeza dizendo “sou rei” (*basileús eimi*, 67, v. 6); ele é “o que exerce domínio [*dynasteúon*] sobre todos os animais” (82, v. 5); a raposa o chama “rei” (*basileû*, 103, v. 21); em 102, fala-se de um tempo em que o leão “reinava” (*ebasileuen*, v. 1) e de sua “soberania” (*dynasteía*, v. 4). Nesse recorte de leão-rei, os ensinamentos das fábulas adquirem outra dimensão, especialmente por se destinarem ao filho de um rei.

Sob esse aspecto, a fábula 98 é preciosa: o leão se apaixona por uma bela mocinha e vai pedi-la em casamento; o pai, ancião esperto (*gérontos andròs poikílou* v. 18), aprova o pedido, afinal o pretendente é “soberano e leão” (*dynastès kai léon*, v. 5); mas impõe condições: a fera deve se despojar dos dentes e das garras terríveis. O leão acede a todas as exigências e em seguida é espancado e apedrejado pelos parentes da mocinha. Mas antes de morrer, aprendeu (*didakhtheis*) que “não combina a paixão/ de humanos por leões ou de leões por seres humanos.” (vv. 19-20). Essa lição, em endomítio, é formulada pelo narrador como fecho da narrativa. Além do endomítio, essa fábula traz ainda um epimítio (vv. 20-21), que Perry (1975, p. 126) põe entre colchetes para indicar que o considera um acréscimo anônimo:¹⁴ “[A própria pessoa não se dá conta de que faz mal a si mesma,/ quando corre participar de coisas para as quais não nasceu.]”.

Ressalte-se que a dominação leonina é sinônimo de tirania, como se vê na fábula 95, a mais longa das fábulas esópicas. São 102 versos, em que Bábrio mostra a inesgotável matreirice da raposa para persuadir uma corça a voltar à toca do leão, o qual, na primeira vez, já lhe dera mostras de seu agressivo apetite. Na segunda tentativa, o leão se dá bem e, sob o olhar da raposa, devora a corça que ele

¹⁴ A originalidade dos epimítios é matéria de infindável debate entre os especialistas. Rutherford (1883) e Crusius (1897) consideraram espúrios todos os epimítios em verso ou em prosa conservados nos manuscritos. Perry (1975) elimina os epimítios em prosa e coloca entre colchetes alguns em versos, os que considera acréscimos ao texto original.

tanto cobiçava. Enquanto ia roendo os ossos, o coração da corça cai no chão e a raposa depressa o apanha para si, como paga do esforço despendido. E quando o rei, ao dar pela falta do coração, pergunta à raposa se ela o tinha visto, ouve como resposta os versos que constituem o endomítio (vv. 101-102) da fábula, já citados anteriormente. Nessa fábula, é significativa a quantidade de nomes e verbos da esfera da “dominação”: a raposa diz à corça que o leão estava considerando “quem depois dele iria exercer sobre as feras a tirania” (*tyrannései*, v. 16; *tyrannein*, v. 20); no verso 25 ocorre a forma *anássein*, “imperar”; a certa altura, a corça dispensa a raposa mandando-a buscar “reis”, *basileîs*, em outra parte (v. 65); se a corça não aceitasse o desígnio do leão, este poderia instituir o lobo como “rei” (*basilê*, v. 78), o que seria, segundo a raposa, uma lástima, pois viveriam todos submissos a um “implacável déspota” (*poneroû despótou*, v. 79); é direito do governante “escravizar” (*douleúein*) os súditos (v. 84); ao aceitar o posto do leão, a corça iria “ser senhora” (*kyrién*, v. 86) de todos os animais. Essa variedade lexical caracteriza a autoridade do rei como prepotência, como desmando.

O rei leão é terrível. A fábula 90 mostra o pavor tomando conta dos animais quando o leão enlouquece:

Um leão enfureceu-se. Então o enho, aovê-lo
de dentro da floresta disse: “Estamos desgraçados!
O que será que esse desvairado não vai fazer,
se mesmo equilibrado ele é insuportável?”¹⁵

Desse quadro tirânico, a fábula 102 destoa ao apresentar um leão-rei bonachão:

15 Enquanto a fábula 95 é um *epýllion*, uma miniépica, a 90 é uma minifábula em quatro versos, conhecida como *tetraстikhón*. Constituem experimentos estéticos de Bábrio.

Havia um leão-rei que não era agressivo
nem cruel e não curtia nenhuma violência,
antes, era gentil e justo, tal um homem.
E dizem que no tempo de seu reinado
ocorria uma reunião dos animais da selva,
para tomar e dar satisfações uns aos outros. 5
E quando todos haviam acertado suas contas,
lobo com carneiro, pantera com cabrito montês,
tigre com veado, e todos estavam em paz,
a lebre arisca falou: “Mas há muito que eu vivia
sempre pedindo um dia como esse, em que
os fracos seriam o terror dos violentos.” 10

A última fábula (107) do Livro I narra a história do rato que salvou
o leão:

Um leão caçou um rato e ia jantá-lo
quando, perto do fim, o pobre ladrão fura-paredes
tais palavras pôs-se a murmurar, suplicando:
“O que te convém é veados e touros chifrudos
caçar e encher a pança com a carne deles. 5
Um rato de janta não é o bastante nem para
a ponta de teus lábios. Vamos, suplico, poupa-me.
Sou pequenino mas vou te pagar esse favor.”
Entre risos a fera deixou que vivesse o suplicante.
E quando caiu nas mãos de rapazotes que caçavam, 10
foi apanhado na rede e, abatido, acabou preso.
Então o rato sorrateiro saltou de um buraco,
e com os minúsculos dentes serrando o nó firme,
solto o leão. Salvando-o, retribuiu-lhe
justa paga por contemplar a luz. 15

[A fábula é clara para homens de bom senso:
salvar os pobres e sempre contar com eles,
se um rato salvou até um leão preso no laço.]

A primeira e a última fábula do Livro I mostram o leão em apuros, vítima de um predador mais forte, o caçador. E enquanto a primeira mostrava um rei leão que não confiava cegamente nos conselhos da ministra raposa, a última o ensina a ser generoso com os mais humildes, dos quais sua sobrevivência também depende.

Bábrio reitera sua postura pedagógica, exposta nos prólogos, também nos textos das fábulas, como revelam os epimítios das fábulas 18 e 74, sobre os quais, vale anotar, segundo Vaio (2001, p. 45), não pesa nenhuma desconfiança quanto à originalidade:

a fábula está dizendo: “Preza a gentileza, filho (*pai*)!
conseguirás mais recorrendo à persuasão do que à força.”

(18, vv. 15-16)

é por isso, Branco, que todo velho é rabugento,
e só faz festa para aquele que lhe dá o alimento,
mas está sempre latindo, e não se alegra com estranhos.

(74, vv. 15-17)

No primeiro, ele usa o vocativo *pai*, “filho”, que vimos no Prólogo II; no segundo, reaparece o vocativo *Bránkhe*, “Branco”, dirigindo-se, portanto, ao mesmo destinatário mencionado no Prólogo I. Desse modo, vê-se que o poeta mantém, ao longo da exposição das fábulas, o mesmo quadro comunicativo estabelecido nos dois prólogos, como se fosse uma sessão de contação de fábulas. Em muitos epimítios, o narrador formula o texto moral dirigindo-se a um interlocutor,

pressuposto nas desinências verbais de segunda pessoa, como ilustram os já citados epimítios das fábulas 44 e 67. Ainda que não se tenha a contraparte do ouvinte, a presença dele no contexto comunicativo está sob permanente controle do narrador.

Esse narrador, por sua vez, faz questão de assumir o papel de mestre, impondo-se com um “eu” revestido de autoridade e de experiência, como se vê neste epimítio:

Por isso, minha impressão [*moi dokoûsi*] é que as desgraças de outrem
[o homem] olha com rigor, mas ignora as de sua casa.

(66, vv. 7-8)

Em outros, associa-se retoricamente ao interlocutor, usando formas do pronome “nós”:

Daí decorre que é bom nós [*hemâs*] aprendermos isto:
não enviar aos deuses preces impensadas
motivadas por um desgosto passageiro.

(23, vv. 8-10)

Quando estiveres avaliando os teus próprios compromissos,
não contes precocemente com nenhuma garantia,
mas não descartes nada e nem desanimes; tanto
assim que às vezes as certezas nos [*hemâs*] decepcionam.

(43, vv. 16-19)

O epimítio mais curioso é o da fábula 57, uma narrativa etiológica que visa explicar por que os árabes são trambiqueiros. Nele o narrador se apresenta como testemunha da verdade de seu ensinamento:

Daí decorre – sei por experiência [*epeiráthēn*] – que os árabes são mentirosos e impostores, e sobre a língua deles não pousa nenhuma palavra verdadeira.

(57, vv. 12-14)

Os epimítios não originais tendem, de certo modo, a manter tais características, preservando o quadro comunicativo original. Por exemplo, o da fábula 72 apresenta o vocativo *pai* (“filho”):

[Ó filho, adorna-te com os adornos que tens em casa;
pois os alheios, se te enfeitam, te deixam na mão.]

(72, vv. 23-24)

Entre todos esses, porém, destaca-se o da fábula 59, a qual narra uma competição entre Zeus, Posidão, Atena, para ver quem deles fabricaria o mais belo artefato. Mas como designaram para juiz o deus Momo, não houve vencedor, pois o juiz pôs defeito em todos os concorrentes. A seguir vem o epímítio:

[Então, o que diz a narrativa da fábula?
Intenta criar algo, mas que a inveja não seja o juiz!
Nada é inteiramente do agrado de um criticante.]

(59, vv. 16-18)

Ao reproduzir uma pergunta característica da prática docente, a frase introdutória do epímítio – *Tí oún ho mýthós phesin en diegései?* (v. 16) – cai como uma luva em fábulas destinadas à sala de aula.

O que pretendemos mostrar neste estudo é que Bábrio abre caminho para a criação de uma tipologia textual que resultou no que hoje denominamos literatura infanto-juvenil. E que essa novidade esteja

vinculada à fábula é algo a assinalar, pois esse gênero, desde então, passa a se ver impregnado dessa marca “infantil”, da qual nunca mais vai se livrar.

Referências

- ADAMS, J. N. The latin of a learner (P. Amh. II.26): a case study. *Bilingualism and the latin language*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003. p. 725-750.
- BABRIUS. *Fables*. Translated by Ben Edwin Perry. Harvard: Harvard University Press, 1965.
- CHAMBRY, E. *Ésope: fables*. Editio minor. Paris: Les Belles Lettres, 1925.
- CHAMPLIN, E. Phaedrus the Fabulous. *The Journal of Roman Studies*, v. 95, p. 97-123, 2005.
- CRUSIUS, O. *Babrii Fabulae Aesopeae*. Editio minor. Leipzig: Teubner, 1897.
- ESQUILO. *Persas*: tragédias. Tradução de Jaa Torrano. São Paulo: Iluminuras, 2009.
- FACAL, J. L.; LA PEÑA, P. B. *Fábulas de Esopo*. Vida de Esopo. Fábulas de Babrio. Madrid: Gredos, 1985.
- GIBBS, L. *Aesop's fables*. Oxford: Oxford University Press, 2002.
- HAWKINS, T. *Iambos denied: Babrius' Mythiambi*. In: _____. *Iambic poetics in the Roman Empire*. Cambridge: Cambridge University Press, 2014. p. 87-141.
- HESÍODO. *Os trabalhos e os dias*. Tradução de A. R. Moura. Curitiba: Segesta, 2012.
- HESSELING, D. C. On waxen tablets with fables of Babrius (*Tabulae Ceratae Assendelftianae*). *The Journal of Hellenic Studies*, v. 13, p. 293-314, 1892-1893.
- HOMERO. *Odisseia*. Tradução de D. Schüler. Porto Alegre: L&PM, 2007. 1 v.
- HOMERO. *Odisseia*. Tradução de F. Lourenço. São Paulo: Penguin Companhia das Letras, 2011.

- HUNTER, R. Aesop and Hesiod. In: _____. *Hesiodic voices: studies in the ancient reception of Hesiod's Works and days*. Cambridge: Cambridge University Press, 2014. p. 227-281.
- LÉVÈQUE, E. *Les fables ésopiques de Babrios*. Paris: Bélin, 1890.
- LUZZATTO, M. J. Fra poesia e retorica: la clausola del "coliambo" di Babrio. *Quaderni Urbinati di Cultura Classica*, v. 19, n. 1, p. 97-127, 1985.
- NOJGAARD, M. *La fable antique*. Kopenhagen: Arnold Busck, 1964-1967. 2 v.
- PASSERAT, M. L. *Fables de Babrius en vers choliambes*. Paris: Dezobry et Magdelaine, 1850.
- PERRY, B. E. Demetrius of Phalerum and the aesopic fables. *Transactions and Proceedings of the American Philological Association*, v. 93, p. 287-346, 1962.
- PERRY, B. E. *Babrius and Phaedrus*. London: Heinemann, 1975.
- PERRY, B. E. Fable. In: CARNES, P. (Org.). *Proverbia in fibula: essays on the relationship of the fable and the proverb*. Bern: Peter Lang, 1988. p. 65-116.
- PHAEDRUS. *Fables*. Babrius and Phaedrus. B. E. Perry. London: Heinemann, 1965.
- QUINTILIEN. *Institution oratoire*. Par J. Cousin. Paris: Les Belles Lettres, 1975-1976.
- RUTHERFORD, W. G. *Mithiambics of Babrius*. London: Macmillan, 1883.
- VAIO, J. New non-evidence for the name of Babrius. *Emérita*, v. 41, n. 1, p. 1-3, 1980.
- VAIO, J. *The mythiambi of Babrius: notes on the constitution of the text*. Zürich: Hildesheim; New York: Olms, 2001.
- VILEMAIN, A. *Babrii fabulae iambicae*. Paris: Didot, 1844.